

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

PARECER N.º 016/2015

PROTOCOLO: 1328503

INTERESSADO: Helena Condurú Gomes da Cunha

I - OBJETO

Em atendimento às competências deste Órgão Setorial do Sistema de Controle Interno consoante o estabelecido na Lei nº 8.496, de 04 de Janeiro de 2006, apresentamos os resultados da análise do processo de dispensa de licitação referente à locação do imóvel localizado na Rua Ajax de Oliveiro, nº50, Casa H – Térreo, Bairro do Benguí Belém/PA – **SESMA/PMB pelo período de 36 meses** de propriedades da Sra. Helena Condurú Gomes da Cunha.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Lei nº 8.496, de 04 de janeiro de 2006 (Sistema de Controle Interno).

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 (Normas gerais de Direito Financeiro).

Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 (Licitações e Contratos Administrativos).

Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1999 (Improbidade Administrativa).

III–DA ANÁLISE

Eu, Juliane Gonçalves Pantoja, brasileira, casada, contadora, portadora da Carteira de Identidade nº 018643/O-0/CRCPA, responsável pelo Controle Interno da Secretaria Municipal de Saúde de Belém – NCI/SESMA nomeada nos termos do Decreto nº 81.765/2015 – PMB, de 15 de janeiro de 2015, declaro para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO nº 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisei integralmente o Processo nº 0708/2013, referente à dispensa de Licitação, tendo por objeto a Locação do Imóvel localizado na Rua Ajax de Oliveira, nº 50, casa Térreo, Bairro do Benguí, Belém – PA para o funcionamento do Programa da Farmácia Popular – **SESMA/PMB** de propriedades da Sra. Helen Condurú Gomes.

Com base nas regras insculpidas pela Lei nº 8.666/93 e demais instrumentos correlatos, pelo que declaro, ainda, que o referido processo se encontra Revertido de todas as formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

NÚCLEO DE CONTROLE INTERNO

Os exames foram realizados por meio de análises de documentos em estrita observância às normas de controle interno aplicável ao Serviço Público Municipal.

Após a verificação e análise do processo de Dispensa de Licitação, constatou-se a conformidade dos procedimentos administrativos e legais, estando de acordo com o determinado pela legislação de licitação, a qual foi respeitada em todas as fases.

No que consiste a análise documental, encontrou-se solicitação do interessado, parecer técnico de avaliação acerca do imóvel, termo de concordância, minuta do contrato, parecer jurídico nº242 -2014 NSAJ/SESMA/PMB da minuta do contrato, termo de reconhecimento de dispensa de licitação Nº156/2014, termo de ratificação de dispensa de licitação e Contrato nº 047/2014- SESMA/PMB firmando com a Sra. Helena Condurú Gomes na data de 04 de dezembro de 2014 com o prazo de vigência de 36 meses a contar da data de assinatura.

IV – RESULTADOS E CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

1. Por oportuno, ressaltamos a necessidade do termo de apostilamento quanto à atualização da dotação de acordo coma LOA 2015.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Belém-PA, 23 de fevereiro de 2015.

JULIANE GONÇALVES PANTOJA

Coordenadora do Núcleo de Controle Interno – NCI/SESMA.